



ATA Nº 8/2018

Aos 8 dias do mês de maio de 2018, no edifício dos Paços do Município e sala de reuniões da Assembleia Municipal, reuniu-se a Assembleia Municipal de Espinho para a terceira reunião da segunda sessão ordinária do ano 2018 presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Maria Filomena Maia Gomes e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e Joana Raquel da Silva Devezas, com a seguinte ordem de trabalhos:

4. Deliberar sobre as propostas que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
5. Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal;
6. Aprovar as Atas;
7. Tomar conhecimento da informação relativa às autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos Documentos Previsionais 2018.

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente Joaquim José Pinto Moreira. Estiveram também presentes os Vereadores António Vicente de Amorim Alves Pinto e Adelino Miguel Lino Moreira Reis.

Foi verificada a presença dos Membros Maria Susana Gomes de Castro Valente, José Maria Pereira de Carvalho e Sá, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães, António José Nunes Teixeira Lopes, Jorge Eduardo da Nave Pina, João Paulo Sobral do Couto Silva Carapeto, José Emanuel Teixeira Carvalhinho, Henrique José Pedro Cierco, Jorge Manuel Pinto Oliveira Carvalho, António Manuel de Sousa Andrade e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida; da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro; da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Guy Alberto Correia da Costa Viseu por Margarida Maria Oliveira Ribeiro, Ricardo Bastos Sousa por Floriano Augusto de Oliveira Alves, João Manuel Oliveira Passos por Vitor Ruivo, António Manuel Pinto de Oliveira por Rosa Pereira, Diogo dos Santos Pedrosa por Manuel Cardoso Pereira,

Graça Hermínia Conceição Dias Pereira por Mariana Gonçalves, Rosa Martins de Freitas Duarte por Rui Manuel Martins Fidalgo, José Adolfo Carvalho Rocha por João Bastos.

Verificado o quórum, a Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião informando que começariam os trabalhos com o período destinado à intervenção do público, por motivo de ter dado entrada na mesa, dois requerimentos dos munícipes José António França, residente na Rua 9, n.º 898 em Espinho e Fernando Abreu Fernandes, residente na Rua 9, n.º 873 r/c esq.º em Espinho. Concedeu a palavra ao Sr. José António França que referiu que as obras de loteamento que estavam a ser executadas na Rua 9, junto à sua residência, estavam a prejudicar os acessos às habitações por motivo de retirar largura à via pública existente, ficando reduzida de 7 para 3 metros.

Presidente da Câmara esclareceu que qualquer obra de natureza particular obedecia a requerimento e projeto dos interessados, analisado pelos serviços técnicos e objeto de informação e despacho por parte do vereador do pelouro e que seriam enviados os serviços de fiscalização ao local para verificarem se a obra estava em conformidade com o projeto.

De seguida, interveio o Sr. Fernando Abreu Fernandes que, para além da situação exposta pelo Sr. José António França, perguntou o que a Câmara Municipal pretendia fazer no terreno de que era proprietária, situado na Rua 9, nas traseiras do prédio onde residia, uma vez que aquele terreno estava abandonado, cheio de silvas e infestado de ratos, sendo inclusivamente utilizado por toxicodependentes.

Presidente da Câmara disse que averiguaria a situação e, se de facto o terreno fosse propriedade da Câmara, mandaria proceder à sua limpeza.

A reunião prosseguiu com o **ponto 4 da Ordem de Trabalhos: Deliberar sobre as propostas que visam prosseguir as atribuições da Autarquia.**

Henrique Cierco (PMG) "Recomendação: Aumento e qualidade dos parques de lazer/recreio da cidade de Espinho: Espinho detém 8 km de praias, é um espaço dotado de inúmeras características e onde se deveria potenciar a oferta recreativa e de lazer a o longo de todo o ano e não apenas nos meses de verão. Local apazível pelas suas características únicas, a frente marítima, nos últimos anos é um verdadeiro "ginásio" a céu aberto para todos os que gostam de realizar atividades desportivas ao ar livre: caminhadas, corridas, partidas de futebol na praia, voleibol de praia, passeios de bicicleta, surf, *bodyboard*, entre outras. Contudo, há que procurar apostar na



crescente oferta de mais e melhores equipamentos que satisfaçam as diversas camadas populacionais. Os equipamentos de lazer/prática de atividade física denominados de circuitos de manutenção são um mero exemplo de um outro tipo de equipamentos que deveriam fazer parte deste corredor, complementando a paisagem e permitindo aos utilizadores outros fins. A instalação de cestos de basquetebol, são igualmente um outro exemplo deste princípio da oportunidade. Pois, muitas vezes não basta que os espaços de lazer/recreio estejam perto, sabemos atualmente, que o uso destes espaços depende primordialmente de dois fatores: da proximidade geográfica, mas também da sua qualidade e do tipo de valências e condições de conforto neles presentes. Não existe atualmente uma distribuição equitativa destes espaços bem como uma continua manutenção dos mesmos. Caso, por exemplo, dos dois parques infantis da cidade – frente ao Multimeios e frente ao Casino de Espinho – que se encontram degradados, sem qualquer tipo de manutenção e atualização. Tendo presente que a atividade física é um promotor do bem-estar, saúde e formação cívica de uma população, um executivo camarário que promova e invista nesta vertente é um dinamizador deste índice de saúde pública. Tendo presente o exposto o grupo municipal LFPMG apresenta à Assembleia Municipal de Espinho a proposta de aumentar e melhorar a qualidade presente dos Parques de lazer e recreio existentes na cidade de Espinho com vista a aumentar a prática desportiva como um promotor da qualidade de vida, recomendando a Câmara Municipal de Espinho que se proponha nesse objetivo.”

Presidente da Câmara Municipal disse que considerava aquele documento inócuo porque, em 2017, a Câmara Municipal investira cerca de 700 mil euros, por conta do orçamento municipal, em equipamentos desportivos e de lazer. Relativamente à instalação de cestos de basquetebol referiu que o basquete, em Espinho, tinha alguma dificuldade em ser fomentado como modalidade de eleição, sendo que os jovens tinham apetência por outras modalidades. No primeiro mandato, a Câmara requalificara um recinto desportivo na Praceta Manuel Laranjeira no qual colocara tabelas de basquete, e não era utilizado. Sobre os dois parques infantis da cidade, disse que, quando tomara posse em 2009, não existia um único parque infantil utilizável no concelho, e, atualmente, existiam parques infantis em todas as freguesias do concelho. Contrariamente ao afirmado, o parque existente frente ao Multimeios estava em boas condições de manutenção e o parque situado ao lado do Casino estava já a ser desmontado devido às obras a realizar na Alameda.

Teixeira Lopes (PS) disse que a recomendação tinha, pelo menos, o mérito de colocar na ordem do dia a existência ou não de política desportiva municipal. Alguns dos presentes ainda deviam lembrar-se das instalações desportivas que existiam no concelho em 1972, sendo que Espinho era um dos concelhos melhor servidos com infraestruturas desportivas, como pavilhões desportivos, campos de futebol, pavilhões nas escolas e recintos desportivos, praticando-se 17 modalidades desportivas e que o basquete era uma delas. Considerava que a falta de projeção do basquete estava ligada ao mito de que, em Espinho, não havia pessoas que gostassem de basquete. A Associação Académica e o Sporting Clube de Espinho tinham outras modalidades que consideravam ser de maior expressão, existindo apenas um clube de basquetebol do INATEL sediado em Espinho. Atualmente, nas escolas, não havia apetência para a prática da modalidade devido ao mito do que as crianças tinham negação completa pelo basquetebol. O concelho de Espinho tinha uma nave desportiva, um complexo de ténis, um parque da cidade, vários pavilhões e instalações desportivas nas freguesias, precisando de uma certa política municipal para implementar a prática desportiva para todas as idades. Disse que o PS votaria a favor da recomendação.

Presidente da Câmara protestou explicando que, independentemente, dos gostos pelas modalidades, já fizeram várias tentativas para formação de projetos de base de basquete e nenhum daqueles projetos vingara. Na nave existiam umas excelentes tabelas de basquete que eram aproveitadas apenas em julho por um grupo espanhol que vinha fazer um estágio em Portugal. Disse que, atualmente, tinham campos de futebol para a prática de futebol amador com muito melhor condições do que aquelas que existiam nas décadas de 70 ou 80.

Teixeira Lopes (PS) referiu que não tinha dúvidas de que, atualmente, os campos eram melhores, mas não podia deixar de dizer que a construção do estádio municipal também estava a transformar-se num mito. Disse que o parque da cidade devia ter condições para que as pessoas pudessem frequentá-lo e possuir determinados equipamentos desportivos que permitissem a prática desportiva para todas as idades.

Susana Valente (PSD) referiu que o executivo, ao longo dos anos, vinha a apostar na prática do desporto e a fazer melhorias e que continuaria a investir na área do lazer e do desporto. O grupo PMG tentava transmitir que era necessário investir no desporto, pelo que, dando exemplos do investimento realizado, citou os diversos campos de futebol onde fora colocada relva sintética, balizas e vedação. Disse que, para o futebol de onze, foram colocadas bandeiras no campo de Silvalde prevendo-se



a colocação de cobertura até ao final do mês em curso, que, em Cassufas, foram ampliadas as bancadas e colocada cobertura, que, em Paramos, também foram colocadas bancadas cobertura. Disse ainda que existiam espaços de *workout* junto à nave desportiva, vários equipamentos geriátricos junto ao Bairro da Marinha e um percurso, recentemente iniciado, no parque da cidade. Que, todos os anos, durante a época balnear, eram montados quatro campos de voleibol e três de andebol. Que era realizado um programa denominado “maio mês do coração” com várias atividades ao ar livre. Por fim disse que, embora não concordassem com o teor do documento, mas por motivo de ser óbvio que os investimentos eram sempre necessários e que era preciso continua manutenção, o grupo do PSD abster-se-ia na votação.

Jorge Carvalho (CDU) disse que o documento tinha por título aumento e qualidade dos parques de lazer/recreio da cidade de Espinho, mas, até agora, apenas ouvira falar de desporto. Disse que o lazer e o recreio não significavam necessariamente desporto, não se praticando, necessariamente, em parques. Que a recomendação referia a importância do aumento de parques de lazer e recreio não explicitando o que era necessário melhorar naquelas áreas. Votaria favoravelmente porque entendia que era indispensável melhorar as áreas de lazer e recreio.

António Andrade (BE) referiu que votaria a recomendação favoravelmente, embora a considerasse ambígua e com falta de objetividade. Fez notar que a frente de mar encontrava-se carenciada de parques geriátricos, apetrechados com alguns equipamentos que pudessem complementar as caminhadas efetuadas pelos idosos e que poderiam ser inclusivamente instalados parques geriátricos ao lado dos parques infantis, referindo que aqueles que se encontravam no Bairro Piscatório encontravam-se em situação de abandono. Aproveitou para recomendar à Câmara Municipal a implementação de condições, de infraestruturas para os surfistas trocarem de roupa e tomarem banho.

Presidente da Câmara Municipal esclareceu que existiam parques geriátricos ao lado de parques infantis, citando os situados no Bairro Piscatório, no Bairro da Ponte de Anta, no largo Salgueiro Maia, em Anta. Relativamente aos surfistas disse que, no primeiro mandato, estabelecera um protocolo com as duas escolas de surf da cidade para exploração, fora da época balnear, dos balneários situados por baixo da esplanada, mas que o mesmo ficara sem efeito porque muitos tinham a “cultura” de trocarem de roupa junto à sua viatura, fazendo notar que, naquele momento, estavam em processo de revisão do POC – Plano da Orla Costeira Caminha/Espinho e que,

qualquer intervenção para a construção de equipamentos de apoio aos surfistas precisava de contemplação no POC, carecendo portanto, de autorização daquele instrumento territorial sob jurisdição do Ministério do Ambiente.

José Carvalhinho (PMG) disse que, até ao momento, ouvira falar de equipamentos desportivos, com os quais gastava-se muito dinheiro, mas que o documento referia-se a equipamentos de lazer e de recreio, sendo que os existentes encontravam-se degradados, acrescentando que o próprio mobiliário urbano, do qual mostrou algumas fotografias, estava igualmente degradado.

José Teixeira (Presidente JF Silvalde) disse que a recomendação devia direccionar-se para todo o concelho e não apenas para a cidade de Espinho, fazendo notar que os parques infantis, na sua freguesia, careciam de manutenção, sendo que, normalmente, aquela era feita apenas no último ano do mandato, como acontecera, aliás, com as infraestruturas desportivas. Disse que, atendendo ao número de atletas e de pessoas que praticavam desporto, a verba de 700 mil euros dividida por 4 anos era manifestamente insuficiente para todo o concelho e que o investimento em termos desportivos tinha vindo a decrescer, nomeadamente na freguesia de Silvalde, referindo que, depois de realizado o investimento, a Câmara devia continuar a dar o devido apoio. Entendia que o documento fazia sentido e que o município devia apostar nos equipamentos de que o concelho carecia.

Manuel Dias (Presidente JF Paramos) partilhava também da opinião que a recomendação devia ser abrangente a todo o concelho e que o seu sentido não era para falarem das infraestruturas desportivas, realçando que a Junta de Freguesia também fazia investimentos naquelas infraestruturas, citando a manutenção da relva sintética, a requalificação do sistema de aquecimento de água, a reparação de balneários e outros que importaram em 13 mil euros nos últimos dois anos. Disse que votaria a favor do documento por entender que a manutenção dos equipamentos existentes no Parque Américo Magano onde existia um parque infantil, um parque geriátrico e um ringe desportivo, era deficiente.

Henrique Cierco (PMG) disse que concordavam na alteração do título do documento para Aumento e qualidade dos parques de lazer/recreio do concelho de Espinho. Disse que o documento não era inócuo, até pelo facto do executivo PSD, no seu programa eleitoral, ter referido que queriam manter o turismo sénior de modo a proporcionar vida ativa aos idosos e apoiar a criação de espaços de desenvolvimento de atividade



lúdicas e exercício físico que provocasse uma mente sã em corpo sã e proporcionar o convívio intergeracional.

Jorge Pina (PS) sugeriu a instalação de equipas médicas junto aos principais sítios onde as pessoas faziam caminhadas, nomeadamente junto à orla marítima, para aconselhamento e medição de tensão arterial, conforme já tinha visto noutros municípios e ainda a abertura das casas de banho junto à praia, a partir de, pelo menos, o mês de maio.

Votação: o documento foi aprovado com 15 votos a favor e 10 abstenções.

Ponto 5: Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal

Presidente da Câmara prescindiu da intervenção inicial, ficando ao dispor para as perguntas que lhe quisessem colocar.

Henrique Cierco (PMG) colocou as seguintes questões: qual o ponto de situação sobre o estádio municipal, dado que o SCE tinha de deixar o atual estádio em 30 de junho; qual o ponto de situação sobre a questão da construção a custos controlados para jovens casais; para quando a requalificação do Mercado Municipal e do Parque de Campismo Municipal. Sugeriu a criação, em Espinho, de um parque para autocaravanas. Sugeriu a colocação de uma vedação no terreno situado entre as Ruas 19/28/30 por ter um muro a desmoronar, tornando-se perigoso para quem ali passava, para além de estar cheio de lixo e de silvas.

Jorge Pina (PS) fez as seguintes perguntas: por que razão não existia, na entrada de Espinho do lado norte, quando se virava para S. Félix da Marinha, uma placa a indicar o centro de Espinho; qual o ponto da situação sobre o processo do bar de praia que tinha conflito com a Câmara Municipal; referiu a existência de um buraco de grandes dimensões na Rua 31 a norte da Rua 34; congratulou a Câmara pelo stand na Feira Internacional de Turismo na Guarda, no qual Espinho estava bem representado, no entanto, chamou a atenção para a possibilidade de poderem potenciar o turismo com o Balneário Marinho. Sugeriu que a Câmara pudesse ceder terrenos a custo zero a eventuais investidores para fomentar a captação de empresas, como acontecia no município da Guarda.

Jorge Carvalho (CDU) começou por referir que a informação escrita do Presidente era pouco explícita, não obedecia ao Regimento, pelo que sugeriu à Mesa da

Assembleia que, vindo o próximo documento nos mesmos termos, deveria ser recusado e devolvido à Câmara para ser elaborado respeitando o regimento. Colocou as seguintes questões: Em que consistiam e qual a finalidade do Fundo de eficiência energética - contrato de partilha de poupanças líquidas e ainda do Plano e Estratégia de Comunicação, Levantamento de Parcerias e Oportunidades Internacionais constantes do documento de Compromissos plurianuais assumidos no ano 2018. Considerava estranho serem necessários 51 mil euros para efeitos de inscrição, formalização e registo de imóveis constantes também naquele documento e o facto da tarefa ter sido entregue a advogado. Relativamente à empreitada da ReCaFE, que se arrastava penosamente, perguntou se a Câmara Municipal previa indemnizar as pessoas que tinham comércios, escritórios e serviços naquela zona que estavam impedidos de trabalhar há cinco meses.

José Carvalhinho (PMG) colocou as seguintes questões: qual o ponto da situação relativamente ao procedimento pré-contratual referente à obra de conclusão da rede de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e ramais domiciliários; A razão de existirem duas deliberações de Câmara iguais (40/2018 e 46/2018) em reuniões diferentes alusivas aos Protocolos com os Bombeiros voluntários do Concelho de Espinho; Na execução orçamental, as despesas e receitas de capital estavam a ficar pouco executadas relativamente ao expectável face ao avançar do ano, pelo que pediu uma explicação sobre o assunto; Perguntou qual era o valor da ação no processo judicial com a SIMRIA.

José Teixeira (Presidente JF Silvalde) colocou as seguintes questões: Se já fora feita algum concerto do ramal na Rua Nova do Loureiro e Rua do Formal, por motivo de existir dois buracos enormes junto às caixas do pluvial; Se a Câmara já tinha alguma resposta sobre o lançamento da empreitada para a construção da passagem de nível e passagem desnivelada anunciada pelas Infraestruturas de Portugal; se a Câmara tinha conhecimento do número de pneus rebentados nas guias colocadas em bico nas obras do ReCaFE e se as guias continuariam a ser colocadas daquela forma pouco usual; se existia algum plano de pormenor ou empreitada para ligação direta da área da nave polivalente e da Pousada da Juventude ao centro da Vila de Silvalde.

João Bastos (PS) referiu também o terreno situado entre as Ruas 19/28/30 que se encontrava cheio de lixo e de silvas e colocou as seguintes questões: que tipo de contactos a Câmara Municipal promovia com empresas de diversos setores para trazer as suas atividades para o concelho; Quais as vantagens que Espinho tinha para uma



empresa querer fixar-se no concelho e quais os argumentos que o executivo usava; Se a Câmara costumava visitar conferências industriais, comerciais ou outras para conhecer os empresários e tentar convencê-los a vir para Espinho, conforme faziam os municípios vizinhos, dando conhecimento que, no próximo dia 15 de maio, realizar-se-ia em Serralves, no Porto, uma reunião de empresários da metalurgia, da metalomecânica; Qual o ponto de situação do estádio municipal; Se a piscina municipal seria requalificada ou se seria construída uma nova piscina; Por fim, congratulou a Câmara pela promoção do Concelho de Espinho em Viseu, nomeadamente da sua feira.

Rui Fidalgo (PS) perguntou qual o ponto da situação sobre as obras de reforço do esporão da praia da Baía e se aquelas obras seriam efetuadas no verão; Qual o ponto de situação sobre o Complexo de Ténis.

Presidente da Câmara disse que tentaria responder a todas as questões colocadas e referiu que, relativamente ao estádio municipal, a Câmara fizera sucessivas reuniões com o SCE, precisando de tempo e de alguma maturação para o estádio municipal estar pronto tão rápido quanto possível, sendo que os processos estavam a ser tramitados e que o acordo celebrado entre a Câmara e o SCE, no ano passado, fora de inscrição de verba em orçamento para 2018 para o estádio municipal. Disse ainda que o novo código da contratação pública tinha de ser amadurecido pelos serviços municipais, sendo que o mesmo levava a substanciais dúvidas não só em Espinho mas em muitas Câmaras Municipais. Disse que o estádio municipal seria uma realidade. Explicou que os projetos para a requalificação do Parque de Campismo e do Mercado Municipal ficaram para segundo plano uma vez que tinham de dar prioridade aos projetos financiados por fundos comunitários, sob pena de perderem aquelas verbas. Relativamente ao terreno situado nas Ruas 19/28/30 disse que averiguariam a situação, e tratando-se de um terreno privado, notificariam o respetivo proprietário. Sobre a sinalética em S. Félix da Marinha, referiu que tentariam tratar da questão com quem de direito. Sobre o processo judicial atinente ao apoio de praia, disse que era um processo de 2007/2008 que já tivera uma decisão transitada em julgado, condenando o município em primeira instância a pagar uma indemnização à firma Pedro Correia & Quarenta, Lda., a emitir um despacho de aprovação do projeto de arquitetura do apoio de praia e que o processo de licenciamento seguiria outros trâmites. Disse que averiguariam o buraco existente na Rua 31. Sobre a presença nas Feiras de Turismo, disse que faziam um forte esforço de promoção da cidade de Espinho, dos eventos e produtos turísticos em vários locais. Relativamente a cedência

de terrenos a custo zero, disse que, para municípios que compravam terrenos baratos era fácil cedê-los às empresas a custo zero, mas Espinho tinha 21 km e não tinha tantos terrenos quanto isso, para além de que os preços por m² em Espinho eram exorbitantes. Respondendo ao membro Jorge Carvalho sobre a questão da eficiência energética, disse que, nos termos da legislação e regulamentos comunitários, parte da eficiência obtida com a poupança energética tinha de ser devolvida aos fundos comunitários, durante 7 anos. Sobre a contratação de serviços jurídicos para a realização do registo de imóveis, disse que o único reparo do parecer do Revisor Oficial de Contas às contas do município era que o município tinha de proceder ao registo dos seus imóveis, referindo ainda, conforme já explicara naquela Assembleia, que era uma tarefa sempre inacabada, sendo que, quando tomaram posse em 2009, não havia registos efetuados, fazendo notar que não tinham recursos humanos internos com aptidões para fazê-lo. Relativamente às expansões da rede de saneamento, disse que o processo estava em vias de adjudicação; que as duas deliberações iguais da Câmara Municipal em reuniões diferentes referiam-se ao facto da Câmara ter assumido, na parte não compartilhado pelo estado, a existência de 3 equipas de intervenção permanente por bombeiros profissionais, sendo que a Câmara efetuara protocolos com duas daquelas equipas de intervenção que eram integralmente suportadas pelo município; que as despesas de capital estavam a ficar pouco executadas devido a autos de medição que estavam atrasados, não existindo ainda faturação, e ainda devido à adaptação ao novo código da contratação pública e ao conseqüente atraso no lançamento de alguns concursos; Que tinham pago a dívida à SIMRIA, denominada atualmente Águas do Centro Litoral, esclarecendo que o processo referia-se aos juros da dívida que rondavam os 60 mil euros, sendo que a Câmara entendia que, enquanto a empresa não colocasse caudalímetros na respetiva rede, não devia pagar os juros. Respondendo ao Presidente da JF de Silvalde disse que a questão sobre a Rua Nova do Loureiro e Rua do Formal estava entregue à Vereadora Lurdes Ganicho com a qual podia falar em qualquer momento; Sobre as passagens na linha férrea, referiu que as Infraestruturas de Portugal comprometera-se, até ao final do semestre, a lançar os procedimentos concursais para as empreitadas para a passagem inferior rodoviário e para a passagem superior pedonal, sendo que a Câmara Municipal cumprira com o que prometera, ou seja, oferecer o projeto da passagem superior pedonal, pelo que caso os concursos para a execução da empreitada das duas passagens, não fossem lançados até 30/06/2018, o único responsável seria o Sr. Ministro Mário Centeno; Que na empreitada do ReCaFE, a rua



não teria ângulos, seria uma rua de nível, e que se os carros tinham danos materiais devia-se ao facto dos seus condutores circularem numa zona de obra não respeitando a sinalética; Que seria executada uma ligação da Rua do Porto à Rua da Nave em Silvalde, paralela ao novo quartel dos bombeiros. Respondendo às questões do membro João Bastos referiu que estava decidida a construção de uma nova piscina municipal; Que podia consultar o regulamento municipal onde constavam os benefícios e incentivos para os investimentos, bem como o Plano Diretor Municipal que criava as novas zonas industriais, sendo um instrumento facilitador do investimento privado. Disse que houve investimentos que geraram emprego, dado que atualmente estavam inscritos cerca de 2000 desempregados no centro de emprego contra os 3300 que existiam em 2009 e que, o que todos deviam defender, era que a receita do IVA fosse adstrita ao município onde estava instalado o respetivo estabelecimento. Respondendo ao membro Rui Fidalgo disse que a última intervenção no esporão norte fora efetuada em 2011, contudo a erosão costeira e as alterações climáticas tornavam necessária nova intervenção que teria de ser efetuada no verão, apesar dos transtornos que adviriam, atendendo às condições do mar no inverno, sendo que a data limite para a sua conclusão era 16/10/2018; Relativamente ao complexo de Ténis disse que a Câmara estava a tratar do assunto e que em 31/08/2018 assumiria a sua gestão.

Passou-se à apreciação da informação escrita.

Jorge Carvalho (CDU) referiu que o Presidente da Câmara não respondera à questão colocada sobre a possibilidade de indemnização aos comerciantes que estavam impedidos de trabalhar devido à obra do ReCaFE.

João Carapeto (PS) considerava estranho o facto da entrada em vigor do novo código da contratação pública ser um entrave ao processo do estádio municipal, uma vez que dispunham de juristas internos e gastavam uma fortuna por ano com juristas externos e de entre todos não haver ninguém que estudasse o código. Parecia-lhe que alguém não tinha dito a verdade quando afirmara publicamente que em 2018, o SCE já jogaria no estádio municipal. Sobre o ReCaFE disse que competia ao dono da obra fiscalizar a empreitada em curso, verificando-se que a Câmara era um péssimo dono de obra. Referiu que as passagens na linha férrea não existiam há muitos anos, não havendo reclamação por parte da Câmara, mas que imediatamente a seguir à manifestação da população de Silvalde, a Câmara intervieria, afirmando agora o seu Presidente que tinha assinado um compromisso mas que não tinha de pedir mais nada, significando que não estavam preocupados com as populações mas o que

queriam fazer era crítica ao Ministro Mário Centeno, se não autorizasse o lançamento da empreitada. Disse que, com a instalação dos novos comércio, a criação de emprego em Espinho era apenas de cerca de 100 empregos, fazendo notar que muitos comércio fechavam as suas portas, pelo que não entendia a afirmação de que o desemprego baixara de 3300 para 2000 desempregados, referindo que a grande descida devia-se, na realidade, ao facto de muitas pessoas deixarem de constar como residentes em Espinho por força da atualização de morada no cartão de cidadão, devido à emigração dos espinhenses e ao facto de muitos trabalharem nos concelhos de Ovar, Santa Maria da Feira ou Vila Nova de Gaia.

Ponto 6: aprovação das atas.

A Presidente da Assembleia Municipal informou que as atas ainda não tinham sido disponibilizadas aos membros da Assembleia pelo que passariam para a próxima sessão a levar a efeito em junho, referindo ainda que, relativamente ao ponto 7, a informação tinha sido previamente disponibilizada a todos os membros da Assembleia Municipal para efeitos de tomada de conhecimento.

Nos termos regimentais, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas, por unanimidade, em minuta ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após sua leitura pela Presidente da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Assembleia Municipal,

A Funcionária Municipal,
